



MOÇÃO TEMÁTICA

«FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E LIBERDADE»

FAMÍLIA

Desde a sua fundação, a 9 de Abril de 2019, que o CHEGA defende a Instituição Família. A Família natural, célula base da sociedade, é constituída por um casal – homem e mulher – com os seus filhos (para aqueles casais que os conseguem ter), como pedra basilar de uma sociedade próspera e estável.

A Família é uma instituição anterior ao Estado. Foi a Família que deu origem ao Estado. Não foi o Estado que deu origem à Família.

A Família é o espaço privilegiado para educar. É na Família que se transmitem os valores, os princípios e a fé, e é na Família que a criança encontra o ambiente de afecto, responsabilidade, segurança, fraternidade e liberdade propícios para que cresça, forme a sua personalidade, amadureça e se torne um bom cidadão, integrado, capaz de construir o seu projecto de vida e a sua felicidade. É na Família, não no Estado, que se inicia a vida em sociedade e é também na Família natural que os mais velhos deveriam encontrar o apoio, o carinho e os cuidados que lhes são devidos, e de que tanto necessitam, especialmente nos últimos anos das suas vidas. É na Família que se encontram gestos de Humanidade, numa sociedade cada vez mais carente desses gestos.

Porém, sendo verdade que o CHEGA defende a Família natural, queremos deixar claro que esta protecção não visa prejudicar outras opções de vida, mas sim criar condições para proteger a Família a fim de travar o gravíssimo «inverno demográfico» que estamos a viver e não colocar em perigo a sustentabilidade da nossa sociedade.

Assim, urge criar condições para que as Famílias sintam que podem gerar, criar e educar os seus filhos e, para isso, precisamos de políticas que incentivem os jovens a casar e constituir Família. Famílias com apenas um filho não garantem o futuro, muito menos uma

sociedade orgânica e sustentável. E se o Estado não conseguir oferecer condições para defender e proteger a Família, pelo menos que a não prejudique.

O amor paternal e as normas tradicionais de educação das crianças não podem ser substituídos pelo controlo comportamental pseudo-científico, levado a cabo por «engenheiros sociais», que têm vindo a convencer tudo e todos, ou quase tudo e quase todos, de que os pais e as mães não têm competências para educar os seus filhos. A alienação da verdade e da própria realidade, pelas mãos do(s) socialismo(s), sobre a Família, a vida e a dignidade da pessoa humana, que tem sido promovida e plasmada na lei, mais cedo ou mais tarde, conduzirá ao colapso da sociedade.

EDUCAÇÃO

O(s) socialismo(s) te(ê)m vindo a alhear as Famílias do seu direito fundamental a educar os filhos, outorgando a si mesmo a função de suplantar ou substituir a Família, norteado por princípios ideológicos autenticados em leis aprovadas por maiorias parlamentares mutáveis, e desrespeitando a autonomia natural da Família como «elemento natural e fundamental da sociedade» (palavras da Declaração Universal dos Direitos Humanos-DUDH, artº 16º), e o direito à educação, que, como refere a DUDH, é, em primeiro lugar, um direito de liberdade familiar que «deve visar a plena expansão da personalidade humana» (artº 26º). Portanto, de acordo com a declaração Universal dos Direitos Humanos, «como desenvolvimento da personalidade, o direito à educação é um direito de personalidade. E, como direito da personalidade, é um direito intocável pelo Estado, segundo o consenso internacional da teoria jurídica.»¹

Os pais podem e devem educar os seus filhos. Afinal, a Família educa e a Escola ensina. O seu direito e o seu dever de orientar a educação dos filhos são insubstituíveis, intocáveis e inegociáveis (artº 68º CRP). O papel do Estado é importante, mas é-o no sentido de auxiliar, de colaborar com os pais, nunca contra eles, tal como se pode ler no artº 67º da Constituição: «Incumbe designadamente ao Estado para protecção da família (...) colaborar com os pais na educação dos filhos». Posto isto, o Estado não pode intrometer-se ou anular a personalidade das pessoas da forma como tem vindo a fazer através do ensino escolar obrigatório, que o socialismo transformou numa «linha de montagem», da qual todos os alunos devem sair a pensar da mesma maneira: feministas, pró-lgbtetc, pró-aborto, pró-eutanásia, anti-religiosos e militantes activos e intervenientes de esquerda.

¹ Sumário de um Congresso Popular sobre os inatos e universais direitos e deveres da Pessoa Humana, Prof. Dr. Mário Pinto.

A Escola não pode ser um instrumento de «educação-doutrinação-formatação» cujo propósito é preparar as «massas» para se alinharem com o Estado num mundo assustadoramente global.

A Escola não pode sobrepor-se aos pais em questões tão íntimas como a sexualidade dos seus filhos, usando para o efeito «especialistas», que, na verdade, são activistas militantes de minorias radicais que fazem valer os seus próprios interesses em nome de um suposto bem comum.

A Escola foi tomada de assalto por minorias radicais – feministas, activistas lgbtetc e outros – que têm vindo a desempenhar o papel principal na introdução e no avanço da ideologia de género no sistema de ensino, mas também no combate, sem freio, à nossa História, ao nosso património e à nossa Identidade portuguesa. Uma Identidade baseada nos antigos e sempre perenes valores da crença em Deus, na defesa da Família, no respeito para com a Pátria, na dignidade do Trabalho e na Liberdade.

Ideologia de género

A «ideologia de género» é um conjunto de ideias mistificadoras e falsas que serve para mobilizar politicamente dois lóbis ou grupos: feministas e LGBTetc. É um conjunto de ideias anticientíficas que, com propósitos políticos totalitários, extirpa a sexualidade humana da sua realidade natural e a explica apenas pela cultura. Sexualmente - alegam os seus ideólogos - fomos construídos pelo que nos rodeia e, por isso, somos chamados a desconstruir-nos.

Alguns professores e activistas incutem nas mentes mais frágeis que os «estereótipos de género» são impostos ao indivíduo por uma «sociedade patriarcal machista opressora» e que é o sexo que depende do género e não o contrário. Por exemplo: «Se nasceste menina, mas gostas de jogar à bola, de vestir roupas mais masculinas e de estar no meio dos rapazes, és de facto um rapaz e deves lutar para que o teu sexo combine com o teu género»; mas dizem mais: deves tomar hormonas do outro sexo durante toda a vida, fazer uma dupla mastectomia e uma faloplastia. Esta é uma postura verdadeiramente retrógrada que vai buscar os estereótipos mais antigos e obsoletos e os leva a extremos que estão a provocar inúmeros danos a uma geração de crianças que se viram envolvidas nestas ideologias de adultos perversos, que ignoram que o transtorno da sexualidade («disforia de género») é um problema de baixíssima prevalência que se manifesta desde muito cedo.

A ideologia imposta às crianças incentiva-as a «mudar de sexo». Além disso, os activistas exigem a «abordagem afirmativa» de pais, professores e profissionais de saúde como única possibilidade de «tratar» esta vaga gigante de «disforia de género de início rápido», que,

por exemplo, no Reino Unido, entre 2017 e 2018, teve um aumento global de 2500%. No caso particular das meninas o aumento foi de 4415%. Resultado: há cada vez mais jovens a pedir para voltar ao sexo com que nasceu. Por isso, na Suécia², o Conselho Nacional Sueco de Saúde e Bem-Estar publicou novas directrizes de tratamento para jovens com disforia de género, que instruem explicitamente os médicos a evitar o uso de drogas/medicamentos. O suporte psicossocial deve ser a primeira linha de tratamento. Citando a falta de evidências científicas como motivo para a tomada de decisão, o NBHWA informa: «A prescrição de bloqueadores de puberdade e de outros tratamentos hormonais a pessoas trans com menos de 18 anos deve parar.»

Entretanto, por cá, nesta Nação nove vezes secular, ignorando as tragédias que vão acontecendo um pouco por todos os países que adoptaram a ideologia mais cedo do que Portugal, a actual maioria socialista avança com as casas de banho mistas (que, apesar de a lei ainda não ter sido aprovada, já funcionam em várias escolas, de norte a sul do país) e exige que as meninas que o desejem sejam tratadas como meninos e vice-versa.³

E o Ministério da Educação, que também continua a ignorar a realidade de milhares de jovens que foram arrastados pela ideologia e agora se arrependem, insiste em usar o site de Educação para a Cidadania para promover a ideologia de género. Para isso, o site contém vídeos do canal do Youtube “The Guys Cuddle Too” (“os rapazes também se abraçam”), criados e apresentados por dois transsexuais, que incentivam claramente as crianças a usar hormonas e a amputar partes saudáveis do corpo, usando o seu próprio exemplo e afirmando que todos esses tratamentos são perfeitamente reversíveis e que não há quase ninguém a arrepender-se de ter «mudado de sexo», a exigir que os profissionais de saúde sejam «afirmativos de género» e que sejam as crianças/adolescentes (o público-alvo dos vídeos) a auto-diagnosticar e exigir o próprio tratamento, contra tudo e contra todos, até porque eles estão disponíveis para os ajudar.

Assim, e apesar de não haver estudos de longo prazo para apoiar intervenções médicas em crianças que estão confusas sobre o seu sexo, os pais estão a ser cada vez mais informados⁴, por profissionais de saúde⁵, no sentido de assumirem que a melhor maneira de

² <https://mimacomunity.com/sweden-abandons-treatments-based-on-gender-ideology-it-lacks-reliable-scientific-evidence/>

³ <https://sol.sapo.pt/artigo/783255/meninas-nas-escolas-podem-exigir-ser-tratadas-por-meninos>

⁴ Diane Ehrensaft, “Gender nonconforming youth: current perspectives,” *Adolescent Health, Medicine and Therapeutics* 8, (May, 2017): 57-67, <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5448699/>.

⁵ Jason Rafferty, et al., “Ensuring Comprehensive Care and Support for Transgender and Gender-Diverse Children and Adolescents,” *American Academy of Pediatrics*, 142, no. 4, (October 2018), <https://pediatrics.aappublications.org/content/142/4/e20182162..info>; See also: “Guidelines for Psychological Practice With Transgender and Gender Nonconforming People,” *American Psychological Association*, 70, no. 9, (2015), <https://www.apa.org/practice/guidelines/transgender.pdf>.

tratar⁶ os sentimentos transgénero dos seus filhos é aprovando a transição social e médica. Este protocolo de tratamento recomenda uma transição social» na primeira infância, bloqueadores da puberdade no início da adolescência e hormonas do sexo oposto para adolescentes, etapas que são progressivamente mais difíceis de reverter e inibem a capacidade da criança em aceitar o seu sexo.⁷

LIBERDADE

A ideologia de género, de tão anti-científica, só pode ser imposta por maiorias absolutas de esquerda(s), por meio de coacção e pelo silenciamento das vozes que a denunciam como realmente é. A maior parte dos profissionais de saúde teme as consequências de se posicionar contra a ideologia de género e os políticos receiam o «cancelamento». Ajudar crianças confusas a identificarem-se com o seu sexo de nascimento não é ser contra pessoas trans, mas sim prevenir arrependimentos futuros e o aumento contínuo de suicídios entre pessoas que já fizeram a transição. Calarem-se, por medo de serem rotulados de transfóbicos, é negar o direito das crianças a serem devidamente acompanhadas e tratadas.

Longe de desconstruir os «estereótipos de género», a ideologia do género eleva-os acima da natureza e da biologia. Quando quem nos governa dissemina a ideia de que não se pode saber ao certo o que é um homem e uma mulher, quando os activistas acusam de transfóbicos os que afirmam que, independentemente de quantos géneros se inventem, no fim resta escolher entre o urologista e o ginecologista... tudo está em causa. E, para os mais distraídos, uma sociedade LGBTetc. não tem futuro.

Posto isto, urge clamar por LIBERDADE para podermos alertar os homens e mulheres deste País, os pais de Portugal, sem sermos processados, condenados e presos. Quando existe medo de fazer um comentário sobre o que quer que seja, já vivemos numa ditadura. Uma verdadeira ditadura mental de esquerda.

CONCLUSÃO

Assim, e perante os quadros resumidamente apresentados, o CHEGA, como Partido Conservador, Humanista e Personalista com cunho judaico-cristão, deve criar políticas que promovam o aumento da taxa de natalidade, combatendo o crescente e preocupante

⁶ Standards of Care for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender Nonconforming People, 7th Version," The World Professional Association for Transgender Health (WPATH), (approved September 14, 2011), https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_English.pdf.

⁷ Gabe Murchison, "Supporting and Caring for Transgender Children," Human Rights Campaign, September, 2016, https://www.aap.org/en-us/Documents/solgbt_resource_transgenderchildren.pdf.

«Inverno demográfico» vigente, o fim da Escola político-ideológica e a retirada imediata da ideologia de género da Escola, desde o pré-escolar ao 12º ano, a fim de assegurar a liberdade de ensino e a liberdade das Famílias. Para isso, propomos:

Família

Que sejam elaborados e tornados públicos projectos lei e recomendações ao Governo no sentido de:

- 1) Criar incentivos que permitam às mães, que o desejem, criar e educar os seus filhos a tempo inteiro, sem serem obrigadas a deixá-los entregues a terceiros a partir dos quatro meses, pois ficará mais barato ao Estado e será o melhor para a Família;
- 2) Permitir, para as Famílias interessadas, o ensino doméstico, dando condições para assegurar que é na Família que está o espaço privilegiado para a educação e formação integral dos filhos;
- 3) Criar incentivos no sentido de ajudar os familiares a cuidar dos mais velhos. Parece-nos muito bem que o Estado apoie e financie lares de terceira idade, mas será da maior utilidade encontrar soluções para que o Estado possa direccionar parte dos nossos impostos para financiar as Famílias que desejem cuidar dos seus entes queridos;
- 4) Respeitar a Família e os direitos dos pais no que concerne ao seu dever de educar os filhos;
- 5) Cooperar com os pais, e não substituir os pais, na primordial missão de educar os filhos;
- 6) Garantir a protecção do Estado aos pais e às mães na realização da sua insubstituível acção em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação (artº 68º CRP);
- 7) Respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, nomeadamente no seu artº 26º, que garante aos pais a prioridade de escolherem o género de educação a dar aos filhos;

Educação

- 1) Respeitar a liberdade de aprender e ensinar e deixar de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, conforme exige o artº 43º da Constituição da República Portuguesa. Afinal, como sabemos, a Família educa e a Escola ensina. E que esta máxima, numa altura em que tanto se fala de mudanças/reformas na Constituição, continue a vigorar;

- 2) Exigir que os docentes respeitem os valores que os pais incutem aos seus filhos. O papel dos professores é o de transmitir conhecimento, integrar e formar pessoas íntegras, não subverter os valores que lhes são transmitidos pelos pais;
- 3) Acabar com a ideologia de género na Escola, dos 3 aos 18 anos;
- 4) Acatar as decisões dos pais relativamente a temas da intimidade dos filhos/alunos, como por exemplo, a sexualidade.

Ideologia de Género

- 1) Exigir o fim desta ideologia no sistema de ensino, de saúde, nas bibliotecas, e até na publicidade institucional paga pelo Estado (todos nós, os contribuintes)
- 2) Acabar com o conceito de «identidade de género» que mais não é do que uma máscara da ideologia;
- 3) Acabar com os tratamentos hormonais e com as operações de «mudança de sexo» em menores no SNS;
- 4) Voltar às boas práticas médicas de saúde mental, que a Suécia voltou a adoptar, em detrimento de tratamentos que provocam danos irreversíveis, como osteoporose, problemas nas articulações, memória prejudicada, esterilidade permanente, baseados na ideologia/identidade de género;

Liberdade

- 1) Revogar toda e qualquer lei que limite ou impeça o cidadão de ter e expressar a sua opinião sobre o que quer que seja. Em suma: tornar efectiva a lei já existente sobre Liberdade de expressão, colocando um ponto final num Estado controlador e totalitário nos assuntos de cultura, civilização e moral, nomeadamente nos campos do ensino, da Educação e da Família, sem esquecer as questões fundamentais da consciência. Tudo isto, de modo muito particular, numa altura em que tanto de fala da «revisão constitucional», que os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos sejam salvaguardados.

Moção redigida por:

José António Ribeiro de Carvalho (militante nº 7403)

Delegado à V Convenção Nacional do Partido CHEGA, pelo Distrito do Porto

Moção subscrita pela Comissão Política Distrital do Porto